

## ATOS FORMAIS DE GESTÃO

<b>1977</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 2/1977</a>	Microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 4/1977</a>	Normas para microfilmagem dos livros findos e arquivados pelas serventias judiciárias da Comarca da Capital, bem como de quaisquer documentos originários das Secretarias do Tribunal de Justiça, da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho da Magistratura.
<b>1991</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 11/1991</a>	Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<b>1994</b>	
<a href="#">Provimento CGJ nº 5/1994</a>	Fixa prazos para retenção de documentos eventuais e transitórios.
<b>1995</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 14/1995</a>	Alteração na Tabela de Temporalidade instituída pelo Ato Normativo nº 11/1991.
<b>1997</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 14/1997</a>	Nova Tabela de Temporalidade para a documentação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<b>2001</b>	
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 18/2001</a>	Alteração na denominação do departamento para Departamento Geral de Arquivo.
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 16/2001</a>	Modernização do Arquivo Judiciário Estadual – instalação em prédio próprio do Poder Judiciário e catalogação dos processos no sistema informatizado.
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 30/2001</a>	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Fim
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 31/2001</a>	Instituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) - Atividade Meio
<a href="#">Provimento CGJ nº 51/2001</a>	Norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias.
<b>2002</b>	
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 1157/2002</a>	Comarcas atendidas pelo Arquivo Judiciário da Região dos Lagos, sediado na Comarca de Rio Bonito.
<b>2003</b>	
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2003</a>	Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2003</a>	Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 4/2003</a>	Denominação do Arquivo Judiciário da Região dos Lagos alterada para Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo – Rio Bonito.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 2493/2003</a>	Criação da Unidade Regional do Departamento Geral de Arquivo - Itaipava
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2003</a>	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.

## ATOS FORMAIS DE GESTÃO

<b>2004</b>	
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2004</a>	Atualização do Código de Classificação de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCD).
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004</a>	Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
<a href="#">Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 2/2004</a>	Obrigatoriedade da utilização, para arquivamento, de caixas-arquivo de tamanho padrão.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2004</a>	Extinção do procedimento “Devolução ao maço” para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA.
<a href="#">Resolução CGJ nº 10/2004</a>	Alteração da norma sobre o arquivamento provisório de autos paralisados há mais de 30 dias
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 6/2004</a>	Padronização do modelo de etiqueta autoadesiva para identificação das caixas-arquivo.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 16/2004</a>	Denominação dos prédios do Complexo do Arquivo Central.
<b>2005</b>	
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 11/2005</a>	Inclusão do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos no processo de Certificação NBR ISO 9001:2000.
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 23/2005</a>	Unificação das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPAD).
<a href="#">Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 7/2005</a>	Automação do Arquivo Central de São Cristóvão. Utilização de um novo sistema informatizado - Sistema ARQGER.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2005</a>	Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis serão eliminados após o prazo de 180 dias da data do arquivamento definitivo.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2005</a>	Os autos processuais findos dos Juizados Especiais Cíveis, que já se encontravam sob a guarda do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos antes da edição do Ato Normativo nº 01/2005, serão eliminados após o prazo de 180 dias da data da publicação do presente ato.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 12/2005</a>	Disciplina a informação, às partes interessadas, sobre a eliminação de autos de processos judiciais findos.
<b>2006</b>	
<a href="#">Portaria TJ/DGCON nº 2/2006</a>	Criação do Grupo de Trabalho para a Pesquisa da Proveniência do Acervo Documental.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 22/2006</a>	Regula o arquivamento definitivo dos processos cíveis.
<a href="#">Portaria DGCON nº 3/2006</a>	Criação do Grupo de Trabalho para o estudo das questões relacionadas à preservação dos documentos anteriores a 1940.
<b>2007</b>	
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2007</a>	Crítérios para amostragem e aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) aos processos judiciais e documentos administrativos.

## ATOS FORMAIS DE GESTÃO

<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2007</a>	Padronização da Tabela de Tipos de Assuntos do Sistema de Protocolo Administrativo (PROT) de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).
<a href="#">Aviso CGJ nº 64/2007</a>	Suspensão do Provimento nº 51/2001 que disciplinava sobre a remessa ao arquivo dos autos paralisados por mais de 30 dias.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 1484/2007</a>	Instituição do grupo de trabalho para concluir os estudos sobre a implementação do Centro de Digitalização.
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 124/2007</a>	Processos judiciais de competência cível, arquivados provisoriamente, serão, movimentados para a Unidade Especial de Processamento do Arquivo no Arquivo Central, para cumprimento da Resolução nº 22/2006.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 19/2007</a>	Transferência do acervo dos procedimentos sigilosos findos para o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos.
<b>2008</b>	
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 42/2008</a>	Constituição do Comitê Gestor das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 10/2008</a>	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Segunda Instância do Poder Judiciário.
<a href="#">Provimento CGJ nº 21/2008</a>	Criação da rotina de pré-cadastramento de petição inicial a ser utilizada exclusivamente por advogados com inscrição regular na OAB.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 4120/2008 (não localizado)</a>	Designação de representantes do Tribunal de Justiça no Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 3/2008</a>	Implantação das Tabelas Processuais Unificadas na Primeira Instância do Poder Judiciário.
<b>2009</b>	
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 1658/2009</a>	Instituição do Grupo de Apoio ao Processamento do Arquivo – GAPA.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 14/2009</a>	Requisitos sobre o arquivamento especial.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 15/2009</a>	Julgamento dos processos arquivados provisoriamente sem sentenças - Meta nº 2 do CNJ.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 18/2009</a>	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente – Meta nº 2 do CNJ.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 5157/2009</a>	Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Criminais - JECRIM.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 5296/2009</a>	Gestão de documentos nos serviços notariais e de registro do Estado do Rio de Janeiro.
<a href="#">Resolução TJ /OE nº16/2009</a>	Implantação do processo eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
<b>2010</b>	
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 4364/2010</a>	Eliminação de processos judiciais de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e a publicação de editais.

## ATOS FORMAIS DE GESTÃO

<a href="#">Ato Executivo TJ nº 4363/2010</a>	Eliminação de processos julgados sem resolução do mérito, com baixa no registro de distribuição - Meta nº 2 do CNJ.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 26/2010</a>	Exceções, relativa à baixa, para arquivamento dos processos cíveis.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 27/2010</a>	Arquivamento definitivo dos processos de competência orfanológica.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 30/2010</a>	Normas para o trâmite do Processo Judicial Eletrônico - PJE na Segunda Instância Criminal.
<b>2011</b>	
<a href="#">Aviso Conjunto TJ / CGJ nº 1/2011</a>	Fiscalização, pelo Magistrado, da correta classificação por classes e assuntos dos processos e procedimentos judiciais de acordo com as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário.
<a href="#">Provimento CGJ nº 53/2011</a>	Fica vedada a formação de livros e pastas não obrigatórios constituídos através da impressão de dados constantes no sistema informatizado DCP, tais como Livro Tombo e pasta de estatística, sob pena de responsabilidade funcional.
<a href="#">Provimento CGJ nº 59/2011</a>	Alteração das normas sobre arquivamento especial.
<b>2012</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 14/2012</a>	Desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.
<a href="#">Aviso TJ nº 19/2012</a>	Alteração do desarquivamento e julgamento de casos idênticos em bloco dos processos arquivados provisoriamente sem baixa, cadastrados como processo antigo.
<a href="#">Ato Executivo TJ nº 3569/2012</a>	Digitalização de processos judiciais, administrativos e outros documentos arquivados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – DEGEA, para fins de troca de suporte ou preservação.
<b>2014</b>	
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 4/2014</a>	Descarte dos apensos de autos de processos judiciais constantes em editais de eliminação publicados.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 5/2014</a>	Arquivamento de documentos administrativos no DEGEA (permissão somente para os de guarda permanente)
<a href="#">Ato Normativo Conjunto nº 7/2014</a>	Cobrança para o desarquivamento de processo eletrônico.
<a href="#">Aviso CGJ nº 1042/2014</a>	Arquivamento de processos antigos com apenso de restauração de autos ou agravo de instrumento.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 9/2014</a>	Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis.
<a href="#">Ato Normativo Conjunto nº 12/2014</a>	Digitalização de processos - Autos Físicos Digitalizados (AFDs)
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 15/2014</a>	Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD).

## ATOS FORMAIS DE GESTÃO

<a href="#">Ato Normativo TJ nº 16/2014</a>	Entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas.
<a href="#">Ato Normativo TJ nº 18/2014</a>	Eliminação de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos DEGEA.
<a href="#">Resolução TJ/OE nº 34/2014</a>	Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED
<b>2015</b>	
<a href="#">Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 1/2015</a>	Atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TTD).
<a href="#">Aviso Conjunto CGJ nº 13 /2015</a>	Arquivamento especial dos processos judiciais sem andamento há mais de 5 (cinco) anos.
<a href="#">Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015</a>	Serviços Extrajudiciais deverão transferir para o Arquivo Central do TJRJ os livros extrajudiciais anteriores a 1915.
<b>2016</b>	
<a href="#">Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 21/2016</a>	Torna sem efeito o Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 17/2015 sobre a transferência dos livros extrajudiciais anteriores a 1915 para o Arquivo Central do TJRJ.
<b>2017</b>	
<a href="#">Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 29/2017</a>	Esclarece que os processos cadastrados com a classe petição (código 241) devem ser corretamente reclassificados, de acordo com a tabela processual unificada de classes do CNJ.